



## **ENSINO SUPERIOR: para quem?**

Carlos Roberto Pereira Dias, Cibele Sousa Santos

O caráter mobilizador e de esperança que estão impregnados à educação, fizeram com que políticas públicas de caráter “universais” fossem implantadas no Brasil, em especial a partir de 2004 com a criação do Prouni e das Políticas de Cotas. Ao se falar de educação no Brasil, não se pode perder de vista o árduo processo de desigualdade que exclui, ou que ao menos nivela por baixo, àqueles cujo, historicamente, ficam a mercê dos imperativos econômicos vigentes. Assim sendo, Shwartzman (2004) mostra que a educação constitui-se fator preponderante para tentar minimizar os impactos causados pela discriminação e privação de recursos na sociedade brasileira.

O papel diferenciador e seletivo da educação se acentua pela grande heterogeneidade dos sistemas educacionais no país. Se todos os jovens tivessem acesso ao mesmo tipo de educação, e pudessem chegar à conclusão da educação secundária em igualdade de condições, teríamos uma situação de igualdade de oportunidades, mesmo com um mercado de trabalho restrito. No entanto, a qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas, que predominam no nível fundamental e médio, é extremamente variada, sendo que as melhores escolas são as particulares, só acessíveis a famílias de renda média e alta. A má qualidade da educação pública acentua seu papel como mecanismo de inclusão/exclusão social, situação que necessita ser analisada em profundidade. (SHWARTZMAN (2004, p.17)

A educação fundamental e média que se pode encontrar no âmbito público/gratuito, é uma educação que muitas vezes deixa a desejar, tanto pela qualidade do ensino, quanto pela falta de políticas públicas, mais eficazes, que sejam capazes de igualar as condições entre todos, brancos, negros, ou quaisquer que sejam as etnias, buscando estabelecer o cumprimento da nossa constituição onde reza que todos possuem direito a uma educação pública e de qualidade.

O consenso de que a redução da pobreza e da desigualdade passa necessariamente pela democratização do ensino de qualidade, capaz de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho, justifica a ênfase na melhoria do nível de escolaridade como objetivo prioritário de política pública. (ROCHA, 2006, p.185)

As oportunidades educacionais contribuem de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e dessa forma o avanço no sistema educacional influencia diretamente as chances de integração do indivíduo na sociedade e sua capacidade de mobilidade ou ascensão social. A educação aparece, portanto, como uma variável crucial para transformar significativamente a situação desigual em que se encontram os indivíduos de diferentes classes sociais.

Até meados dos anos 90, o crescimento do ensino superior estava praticamente estagnado. A partir de 1995, ocorreu um período de forte crescimento nesse nível, sem ocorrer, no entanto, mudanças significativas nos indicadores do nível médio. Assim sendo, segundo Neves, Raizer e Fachinnetto (2007), a educação superior no Brasil apresentava-se, como um domínio reservado aos jovens provenientes das camadas mais ricas da população.

“Com exceção de umas poucas universidades católicas, as instituições privadas eram de baixa qualidade. As instituições públicas gratuitas paradoxalmente recebiam os jovens de famílias de classe mais elevada que haviam realizado seus estudos secundários em escolas privadas e pagas, de boa qualidade. Ou seja, as camadas de renda mais alta pagavam as melhores escolas de nível médio e asseguravam, assim, para seus filhos maiores chances de admissão nas universidades públicas gratuitas.” (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 142)



No Brasil, em 1995, a matrícula na educação superior alcançava pouco mais de 1,5 milhões de estudantes. Dez anos depois, ela ultrapassou a marca dos 3 milhões de matrículas. E em 2012 contam-se mais de 7 milhões. Esse crescimento, em parte, foi resultado da expansão do ensino médio, embora em 2002 apenas 40% dos jovens entre 15 e 17 anos estivessem cursando esse nível, aumentando, em 2004, para 47%. No entanto, em 2005 a expansão atingiu apenas cerca de 11,5% dos jovens entre 18 e 24 anos, uma das taxas mais baixas da América Latina. Do total das matrículas, em 2002, 58% eram mulheres, 76% brancos, 41% correspondiam aos 10% do segmento mais rico, e 7,5% dos 50% dos mais pobres (PNAD/IBGE, 2002). A expansão se processou pela rede privada, que detém mais de 70 % das matrículas em cursos de graduação. (INEP/MEC)

Segundo dados do Censo do Ensino Superior realizado pelo INEP/MEC, em 2002, haviam 1.637 instituições de ensino superior no Brasil. Destas 195 eram públicas e 1.442 eram de natureza privada (1125 particulares e 317 Comunitárias, Profissionais ou Filantrópicas). Essas instituições ofereciam 14.399 cursos de graduação presenciais; desses, 5.252 são das instituições públicas e 9.147 das instituições privadas. Em 2012, verificam-se a existência de 2.416 instituições de ensino superior, sendo 2.112 privadas e 304 públicas. Quanto aos cursos, em 2012 existiam cerca de 31.866.

A ampliação do acesso, bem como a implantação das políticas de inclusão resultaram numa expansão especialmente pelo sistema privado. Isto ensejou uma situação controversa, uma vez que além do ensino ser pago favorecendo uma inclusão instável, a formação oferecida pelo sistema privado, é muito criticada pela sua baixa qualidade. (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 128)

Sabe-se que se trata de um problema estrutural, como aponta Schwartzman (2004), pois, mesmo que nas últimas décadas, pode ser verificada uma crescente expansão de vagas ao ensino superior, o acesso ao mesmo parece se dar de forma desigual. E a desigualdade começa na oferta de um ensino de base fragilizado que perpassa aos anos de escolaridade do 2º grau em que os alunos das classes sociais, menos privilegiadas, se vêem obrigados a cursarem.

O entendimento das relações entre acesso e equidade na educação superior no Brasil não pode satisfazer-se com a interpretação dos números que caracterizam o processo recente de expansão desse nível de ensino entre nós. A expansão foi bastante expressiva, mas não suficiente para alterar o fato de que, na raiz do problema, persiste a realidade de uma pirâmide educacional profundamente perversa, que só permite que uma fração muito pequena de estudantes se aproxime efetivamente da educação superior.

O Brasil conseguiu transformar-se numa sociedade moderna com níveis de desenvolvimento que o apresentam como potência emergente mantendo, no entanto, um desempenho extremamente precário do seu sistema educacional. Uma análise mais detalhada dos dados, no entanto, mostra que a pirâmide educacional continua muito aguda. Isto quer dizer que ainda são muito poucos os que concluem o ensino fundamental, menor, ainda, o número dos que concluem o ensino médio e dos que ingressam na educação superior. (MARTINS, 2009, p. 28)

A ampliação da procura por educação superior é uma das tendências centrais na sociedade contemporânea. Entre os fatores que têm contribuído para este processo destacam-se a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais, a aspiração das famílias por mobilidade social através da educação, a necessidade de aquisição de mais competências para enfrentar o mercado de trabalho, “o mito do desenvolvimento social a partir da capacidade mobilizadora da educação”. (SEN, 2001, p.76)

Em algumas postulações acerca do lugar de destaque que se tem dado a educação superior, Prates (2007) aponta para quatro enfoques, sendo: econômico, sociológico, político e culturalista. O enfoque econômico privilegia o argumento de que a sociedade industrial “madura” requer uma força de trabalho mais profissionalizada e educacionalmente credenciada, especialmente na área de administração pública e privada. O enfoque sociológico direciona seu olhar, de um lado, para o surgimento da “nova classe média”, buscando na educação os degraus universalistas de mobilidade, por outro lado, para a “velha” classe média, a educação visa manter a posição de status outrora adquirida. O argumento político enfatiza a emergência de políticas governamentais, buscando incorporar setores “marginalizados” na sociedade industrial, como o proletariado na virada do séc. XIX e, também, a expansão dos



serviços públicos acompanhando a consolidação do papel normativo do estado-racional demandando profissionais graduados. Já o quarto enfoque, o culturalista enfatiza a busca popular incessante para o auto aprimoramento, sem nenhuma necessidade de justificativa funcional. (PRATES, 2007, p.102-103)

Do ponto de vista do impacto do título universitário sobre o nível de renda, Schwartzman (2000) mostra que a educação superior no Brasil aumenta o rendimento relativo das pessoas em 3,59 vezes mais do que recebem aqueles com ensino médio completo. (SCHWARTZMAN apud PRATES, 2007, p.115)

Um dos estudos mais sólidos, do ponto de vista metodológico e empírico, sobre a questão do efeito do nível de educação sobre a herança de status socioeconômico na determinação do status ocupacional atual, é o de Michel Hout (1988), realizado nos EUA. De acordo com esse estudo, o efeito de se ter completado o nível superior anula os efeitos do status de origem sobre o status de destino para a população como um todo, reforçando, assim, a tese meritocrática de mobilidade social para as sociedades industrializadas. (PRATES, 2007, p.117)

Segundo Haas e Linhares (2012), no Brasil, a apresentação de projetos com o objetivo de estabelecer em lei garantias mínima do acesso ao ensino superior incorpora as mais diversas tendências ideológicas, porém busca, de modo geral, “mitigar a incontestável desigualdade social brasileira, visando a atacar e corrigir distorções que se encontram numa das causas dessa desigualdade – a maneira como nosso sistema educacional está estruturado.” (p.839)

Esse quadro de profundas desigualdades sociais permitiu a existência de um sistema perverso que, segundo bem observa Gomes (2003), imputou a negros e pobres uma educação de qualidade inferior, dedicando recursos materiais, humanos e financeiros voltados à educação de todos os brasileiros a um pequeno contingente da população que detém a hegemonia política e socioeconômica do País – a elite branca.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2001, apontou que menos de 2% de estudantes negros(as) estão matriculados(as) nas instituições universitárias públicas e particulares, sendo que, deste grupo, somente 15% concluem o curso superior. (HAAS;LINHARES, 2012, P.841)

Dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) de 2008 ratificam o caráter estrutural das desigualdades raciais no Brasil, já que a média do tempo de estudo de brancos com mais de 15 anos é de 8,1 anos de estudo, enquanto negros e pardos apresentam 6,4 anos. Quanto à comparação do número de matrículas no ensino superior, dados da mesma pesquisa apontam que 57,9% dos estudantes universitários brasileiros são brancos, enquanto pretos e pardos representam 28,9% do número de matrículas.

### **Considerações finais**

Pelas razões supracitadas, entendemos que a formação educacional dos candidatos a uma vaga ao ensino superior, em sua maioria, é determinada pelos condicionantes econômicos. Dessa forma, os candidatos com maior poder aquisitivo concorrem a cursos prestigiados socialmente e os de menor, a cursos de baixo prestígio social. “E a meritocracia existe? Claro, principalmente, entre os que concorrem em igualdade de condições.” (BORGES, 2005, P.133). Assim sendo, democratizar o acesso à educação superior e alcançar uma maior equidade na oferta educacional passa pela elevação, não só do tempo de escolarização da população mas da urgente necessidade de melhorar a qualidade da educação básica, desde os anos iniciais, até os anos despendidos no ensino médio para que a todos sejam dadas as mesmas oportunidades, sem distinção de gênero, raça/cor, etnias ou classe econômica.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**





FÓRUM ENSINO • PESQUISA  
EXTENSÃO • GESTÃO  
**FEPEG**

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas  
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras



**24 a 27**  
**setembro**  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

[www.fepeg.unimontes.br](http://www.fepeg.unimontes.br)

AMARAL, Daniela Patti do and OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro.** *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* [online]. 2011, vol.19, n.70, pp. 21-42. ISSN 0104-4036.

BORGES, José Leopoldino das Graças and CARNIELLI, Beatrice Laura. **Educação e estratificação social no acesso à universidade pública.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2005, vol.35, n.124, pp. 113-139. ISSN 0100-1574.

HAAS, Celia Maria and LINHARES, Milton. **Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?.** *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* [online]. 2012, vol.93, n.235, pp. 836-863. ISSN 2176-6681.

MATOS, Mauricio dos Santos; PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de and OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. **O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito.** *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* [online]. 2012, vol.93, n.235, pp. 720-742. ISSN 2176-6681.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil.** *Educ. Soc.* [online]. 2009, vol.30, n.106, pp. 15-35. ISSN 0101-7330.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro and FACHINETTO, Rochele Fellini. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira.** *Sociologias* [online]. 2007, n.17, pp. 124-157. ISSN 1517-4522.

OLIVEIRA, Edna Imaculada Inácio de and MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. **A ampliação da base social da educação superior no contexto do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais: o caso do ProUni.** *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* [online]. 2012, vol.93, n.235, pp. 743-769. ISSN 2176-6681.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. **Universidades VS terciarização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro.** *Sociologias* [online]. 2007, n.17, pp. 102-123. ISSN 1517-4522.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da Pobreza.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p.13-29.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdades.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.